

ATA 05/2018

REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CRICIÚMA

05.07.2018

1 Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, realizou-se no Salão Ouro Negro,
2 na Prefeitura Municipal de Criciúma, a reunião ordinária com os membros do Conselho de
3 Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor Participativo de Criciúma - CDM. Os trabalhos
4 começaram às 19h e 05min, com a presença de 51 (cinquenta e um) membros relacionados na
5 lista de presença parte integrante desta ata. A reunião foi aberta pelo Secretário Executivo do
6 Conselho, Sr. Giuliano Elias Colossi, que agradeceu a presença de todos nesta data e passou
7 alguns informes para os presentes: Quanto a Minuta da Lei do Código de Obras: As solicitações
8 de correção foram enviadas até 17.04.2018 e discutidas na reunião da Câmara Temática III do
9 CDM em 19.04.2018; As dúvidas das solicitações de correção foram analisadas e definidas pela
10 equipe técnica da PMC e pelos solicitantes em reuniões técnicas nas seguintes datas; 27.04.18,
11 04.05.18, 11.05.18, 18.05.18, 25.05.18, 08.06.18 e 15.06.2018 – e reapresentadas na Câmara
12 Temática III do CDM em 28.06.2018 e aprovadas; Serão enviadas por e-mail para todos os
13 membros do CDM para conhecimento, assim como a minuta completa; O texto com as
14 aprovações na reunião da Câmara Temática III nas datas de 19.04.2018 e 28.06.2018 será lido
15 em futura reunião do CDM e colocado em votação. Em seguida houve a apresentação da pauta
16 desta reunião sendo assim descrita: **1º Aprovação da Ata da reunião anterior; 2º)**
17 **Apresentação do Plano de Trabalho referente ao Plano de Manejo das Zonas de uso do**
18 **solo – Z-APAs (Zonas de Áreas de Proteção Ambiental) dos bairros Morro Albino e**
19 **Esteves, Primeira Linha (Recanto Verde) e Morro Cechinel (Centro, Pio Correa e São**
20 **Simão); 3º) Apresentação pelo IAB da Lei Federal nº 11888/2008 - Lei da Assistência**
21 **Técnica Gratuita; 4º) Apresentação e votação dos pareceres de processos administrativos.**
22 Com relação ao **1º Assunto da pauta:** A ata da reunião passada foi apresentada e pôr fim foi
23 aprovada nessa reunião pelo conjunto do CDM. **2º Assunto da pauta referente a**
24 **apresentação do Plano de Trabalho referente ao Plano de Manejo das Zonas de uso do**
25 **solo – Z-APAs (Zonas de Áreas de Proteção Ambiental) dos bairros Morro Albino e**
26 **Esteves, Primeira Linha (Recanto Verde) e Morro Cechinel (Centro, Pio Correa e São**
27 **Simão):** Foi dado início a primeira apresentação, a qual foi apresentada pelo Biólogo Jader
28 Lima Pereira, coordenador do projeto de trabalho, representante do IPARQUE-UNESC. “O
29 presente documento compreende o Plano de Trabalho referente a elaboração dos Planos de
30 Manejo das Zonas de Uso do Solo – Z-APAs (Zonas de Áreas de Proteção Ambiental) dos
31 bairros Morro Albino e Morro Esteves, Primeira Linha (Recanto Verde) e Morro Cechinel
32 (Centro, Pio Correa e São Simão), conforme Termo de Referência. O Plano de Manejo das Z-
33 APAs tem por objetivo estabelecer o seu zoneamento, bem como disciplinar o processo de
34 ocupação e assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais em terras públicas ou
35 privadas. Desta forma, é prevista a elaboração de seis produtos que serão apresentados na forma
36 de relatórios, contendo, mapas, fluxogramas e tabelas, respeitando os seus respectivos
37 cronogramas de execução e prazos. Os produtos gerados durante o período de elaboração dos
38 Planos de Manejo são: Produto 1 – Planejamento e Coordenação do Trabalho; Produto 2 –
39 Diagnóstico Preliminar; Produto 3 – Proposta Preliminar de Plano de Manejo; Produto 4 –
40 Diagnóstico Ambiental; Produto 5 – Plano de Manejo e Resumo Executivo; Produto 6 –
41 Regulamentação. Este plano de trabalho consiste na formalização do planejamento dos
42 produtos a serem entregues atendendo ao Contrato n. 109/PMC/2018 firmado entre a Fundação
43 Educacional de Criciúma – FUCRI e o Município de Criciúma. Conforme Cláusula Quarta do
44 respectivo contrato, o prazo para execução total dos serviços é de 12 (doze) meses, tendo início

45 em dezessete de maio de dois mil e dezoito, data de expedição da “Ordem de Serviço”. A
46 elaboração dos Planos de Manejos das Z-APAs se dará de forma participativa seguindo
47 orientações do Termo de Referência e do “Roteiro metodológico para gestão de área de proteção
48 ambiental” As informações necessárias à elaboração dos Planos de Manejos da Z-APAs serão
49 oriundas de estudos desenvolvidos junto às comunidades inseridas nas zonas de estudo. Propõe-
50 se a realização de reuniões periódicas, na entrega dos produtos, com os representantes da
51 contratada, equipe técnica da Prefeitura e do CDM, para discussão e aprovação dos produtos. ”
52 Após a apresentação foi aberto as Perguntas: Jeferson Aléssio questionou se será identificada a
53 questão hídrica também, ou apenas a questão florestal? Resposta: Vamos pegar o exemplo do
54 Morro Estevão Morro Albino, temos muita área de mata, plantações e de pastagem, e nessa área
55 vamos ter também, um córrego, uma nascente. Esta foi uma questão que discutimos no início
56 do projeto, a lei de criação da APA, a APA do Morro Estevão e Morro Albino é diferente das
57 outras duas APAs, que foram criadas a partir do zoneamento, esta tem uma lei que antecede o
58 zoneamento, a Z-APA ela protege todo esse território, o problema da geração de conflito, não
59 está no ela proteger todo o território, o problema está em ela não regulamentar como este
60 território pode ser ocupado. A Z-APA pode haver plantações, residências, pois é um espaço
61 territorial, onde podemos aliar, preservação, conservação à desenvolvimento sustentável, a
62 questão toda é observar a características de cada área e definir de forma objetiva um
63 zoneamento, um plano de ocupação, plano de uso, com regramento, que seja flexível o
64 suficiente para minimizar os conflitos, não vamos conseguir agradar a todos, mas a ideia é que
65 se minimize esses conflitos. Um exemplo, existe uma pessoa que possui uma plantação de
66 banana, ela vai poder continuar plantando, se existir um rio, a gente vai conversar, ver a
67 possibilidade de afastar um pouco, para o rio ser preservado, já não é uma questão em esfera
68 municipal e sim federal, mas isso não é uma imposição, isso é uma conversa que vai acontecer
69 de forma participativa. Sr. Ricardo Fabris pediu a vez para a pergunta: Você falou na
70 participação dos agentes, e foi levantado uma outra questão sobre o conflito de interesse. Qual
71 o critério para a escolha desses agentes? Por exemplo, um agente ele tem interesse direto na
72 questão do zoneamento, ele vai poder ser um agente ou não, porque se for assim, vai ser feito
73 de acordo com interesses? Resposta: Concordo com o senhor quando o senhor fala que se a
74 pessoa tem interesse ela vai advogar em causa própria, mas nós vamos estar mediando tudo
75 isso, vamos ter várias opiniões, mas para onde esta opinião terá que convergir, claro que vão
76 existir conflitos, e como podemos minimizar estes conflitos, já estou antevendo estes conflitos,
77 no sentido que podemos minimiza-los de forma adequada. O que podemos pensar para
78 trazermos desenvolvimento nas regiões das APAs, que não agregue apenas aquelas pelos que
79 possuem interesse particular, e sim pensar no todo, para a comunidade, porque assim,
80 minimizamos os conflitos. Então um exemplo, é abertura de um restaurante, possui impacto
81 ambiental baixo, irá agregar no turismo. A ideia é pensar no coletivo, no zoneamento adequado
82 que minimize os conflitos e que favoreça a região e não uma única pessoa. Sr. Giuliano Elias
83 Colossi pediu a fala para complementar a resposta: não foi o que foi feito em 1990 que um
84 grupo de pessoas cercou esta área e disseram na época que iria ser uma APA e ponto, não
85 poderia mais nada e algumas pessoas que foram levadas ao erro e esse erro vem se perpetuando
86 há 25 anos e agora estamos juntando todos os envolvidos e interessados para definirmos juntos
87 o que será feito nesta área, para que não fique engessada como está. Sr. Carlos Roberto
88 Roncáglio perguntou se já existe uma data para as oficinas, como será feito o chamamento das
89 pessoas e como será feito a apresentação, se voltará para o CDM, ou ficará apenas interno.
90 Resposta: a data para início ainda não temos, porque primeiro temos que identificar as pessoas
91 que irão participar, já tivemos uma conversa com vereador, com a PMC, mas a ideia não é ter
92 como agente apenas a comunidade, vamos precisar da FAMCRI atuando conosco, membros
93 deste conselho, da sociedade civil organizada. Foi pedido nomes para associações de moradores
94 como indicação, não foi pensado num número mínimo e máximo, quanto mais pessoas
95 participando melhor, ou não, porque podemos ter muitos conflitos, mas à medida que os
96 conflitos forem sendo sanados, vamos construindo um documento que ele vai atender a

97 expectativa de todos, em relação as chamadas, nós vamos fazer o chamamento nos rádios
98 sempre antes das oficinas, a ideia é que formamos um grupo no WhatsApp, e eu vou
99 acompanhando e estando bem próximo de tudo isso. Próxima pergunta – Elaine Lavezzo
100 Amboni: Sobre o prazo, se já está correndo e a segunda pergunta é além de definir o uso, vai
101 ser delimitado áreas diferentes, se vai diminuir, aumentar? Resposta: Uma opinião minha, é de
102 não mexer em limites agora, a ideia é estabelecer um zoneamento adequado, assim não
103 precisamos alterar limites da APA. A partir do momento que tivermos uma regulamentação,
104 nós teremos desenvolvimento desta região, pois ela estava parada, devido a uma Lei de 1991,
105 1992 que proibi qualquer tipo de licenciamento dentro da APA. Eu concordo quando as pessoas
106 dizem que a APA atrasou o desenvolvimento desta região, mas parou porque não existe uma
107 regulamentação, a partir do momento que tivermos uma regulamentação, nós teremos
108 novamente desenvolvimento desta área. Sr. Diógenes Nunes de Almeida: Parte do que eu queria
109 perguntar já foi respondido, mas então, eu discordo da sua colocação em relação a esta área, a
110 lei na época foi criada para impedir a mineração de carvão, então as duas outras ali tiveram o
111 princípio de zoneamento ambiental. Então você partir do princípio que não vai ser criado um
112 zoneamento, você tem que delimitar o que será APA, porque essa lei foi feita especificamente
113 para não minerar carvão, ela não foi feita como zoneamento. Então fazer as oficinas, definir o
114 que é APA, para a partir desta definição dizer, essa área aqui é uma Z-APA. Resposta: Eu vou
115 discordar do Senhor, eu não concordo com o senhor quando o senhor diz que nós partimos de
116 uma promícia errada, não vou discutir os motivos de criação, se foi ou não para barrar
117 mineração, nós sabemos que existe esse conflito, mas o fato é que temos este limite, dentro do
118 arcabouço legal para as unidades de conservação no Brasil é muito prematuro e eu não vi isso
119 em nenhum lugar do Brasil, você pegar uma unidade de conservação que não possui Plano de
120 Manejo e de cara partir para uma alteração de seu limite, por isso eu sou cauteloso, e na reunião
121 que tivemos na PMC com o Sr. Giuliano Elias Colossi, eu disse, vamos primeiro pensar no
122 zoneamento. Próxima pergunta, Sr. Carlos Roberto Roncáglio: A partir dessa discussão, de
123 APA, zoneamento, um exemplo, eu tenho uma plantação de bananeira, tem um rio cortando, eu
124 vou recuar a plantação para preserva-lo, inevitavelmente vai haver uma diminuição da área.
125 Vocês já possuem o percentual em todas essas áreas que foram apresentadas, qual o percentual
126 que irá diminuir? Pela topografia espacial a gente já observa que tem área que tem que ter
127 desenvolvimento, reorganização, quantos por cento está previsto esta diminuição dos limites?
128 Resposta: Em relação a redução de limite até o momento, nem eu nem a equipe pensamos em
129 alterar limite das Z-APAs, pensamos sim, em como vamos ordenar a ocupação de forma
130 adequada dessa região, o que vai ser permissível. Próxima pergunta: Sr. Tiago Henrique
131 Stangherlin: Primeiro ponto, a alteração de zoneamento, inicialmente seria através do CDM, se
132 acontecer uma proposta de alteração, diminuir ou aumentar, também deveria ser através do
133 CDM. Sr. Giuliano Elias Colossi, respondeu, dizendo que este é um assunto que envolve outros
134 conselhos, Conselho do Meio Ambiente, CDM, a FAMCRI, a própria Câmara de Vereadores,
135 todos esses conselhos vão ser chamados para participar dessas oficinas lá na comunidade
136 também, lá é que vai ser discutido melhor esta situação, não dá para falar que a gente vai vir
137 aqui discutir que ali no cantinho vai ser zona residencial, é muito cedo. Sr. Tiago Henrique
138 Stangherlin: Qual papel que o CDM vai ter no relatório final? Resposta: O plano vai ser
139 participativo, a ideia é que o CDM acompanhe de perto a construção deste documento, a
140 aprovação vai passar pelo CDM, bem como, vai passar pela FAMCRI, que é sob uma esfera
141 legal, o órgão ambiental que faz a gestão dessas regiões. Próxima pergunta: Sr. Claudino Netto:
142 Sabemos que na criação desses limites das APAs, houve alguns equívocos, a partir desse estudo,
143 não seria de bom tamanho, até para equacionar os conflitos que irão existir, também ter a
144 oportunidade de adequar os limites dessas APAs? Sr. Giuliano Elias Colossi pediu para dar a
145 resposta: O zoneamento proposto internamente dentro dessa Z-APAs, é o seguinte, é uma zona
146 que possui APAs, provavelmente já está dizendo que existe APA lá, só que tem áreas que vai
147 ser possível fazer loteamento, plantação, agricultura, como já existe desde os anos 90, o próprio
148 zoneamento dentro da APA é que vai conformar um outro limite. Próxima pergunta: Sr. Paulo

149 Ferrarezi: Eu não vejo a região do auto Rio Maina, a região do Monte Vidéo, entre outras,
150 porque estas áreas ficaram de fora? Sr. Giuliano Elias Colossi pediu a resposta: Por questão de
151 custo, no primeiro momento está se fazendo estas regiões, e num segundo momento, irá se fazer
152 a região do Morro da Cruz. Sr. Jader pediu a complementação da resposta: surgiu a questão da
153 zona de amortecimento, então, esse tipo de situação, não precisa de zona de amortecimento,
154 todas as APAs dependem ou possui uma zona de amortecimento, a única dentro da esfera legal,
155 que envolve as unidades de conservação, que não é contemplada por zona de amortecimento é
156 APA, a única. Porque não é um parque ecológico, reservas, monumentos naturais possuem
157 zonas de amortecimentos, APA não. Sra. Kátia S. Gomes, pediu a fala: Sr. Jader, resumindo
158 então, nós vamos criar micro zonas dentro da zona de APA, nós vamos fazer um zoneamento
159 ecológico econômico dentro da APA, então realmente não importa o limite, o perímetro. Sr.
160 Jader: Por isso que eu digo que não precisamos entrar nessa área de alteração de limite, vamos
161 discutir o que podemos ocupar nessa região. Sra. Kátia S. Gomes: Só para reforçar, nós vamos
162 precisar muito da Secretaria de Agricultura, eles vão nos ajudar, na questão da localização dos
163 agricultores, até para avisar, que irão receber a visita da UNESCO, até por questão de segurança
164 dos agricultores. Sr. Eduardo Tasca: Eu só quero dar os parabéns, ficou tudo muito claro, a
165 preocupação de todos aqui é pertinente, mas tem uma palavrinha que resume tudo, o que vai
166 ser permissível ou não, isso já resumiu tudo, não vai aumentar nem diminuir, tranquilo, está em
167 boas mãos. Próxima pergunta: Sra. Jerusa (moradora do Bairro Morro Albino): Eu estou
168 entendendo esse estudo de vocês, mas isso inclui só residências ou indústrias também? Na verdade,
169 hoje, somos moradores do Morro Albino, com essa história de aumento, isso, aquilo, hoje existe
170 um abatedouro de frango, bem próximo ao Morro Albino, poluindo, mas ao mesmo tempo tenho
171 que cuidar da minha nascente, da minha bananeira. Sr. Jader: Só fazer um comentário, o que
172 pode e o que não pode, nós vamos tentar resolver de uma forma bem clara. Comentamos aqui,
173 que vamos precisar da comunidade participando nesse processo, o que pode e o que não pode
174 é a comunidade que vai dizer, vamos ser flexíveis perante a isso, como é um processo
175 participativo, nós vamos definir um zoneamento, e todos têm que concordar com isso, lógico
176 que não vamos conseguir agradar 100%, mas vamos fazer o possível para agradar o máximo.
177 Sr. Ademir José Honorato: como a gente vê, aquela colocação que o Ricardo colocou no início,
178 que as pessoas vão agir em interesse próprio, lógico, as pessoas que estão ali, desde quando
179 começou essa história, tendo prejuízo, hoje vai ter essa normatização, vai ser ótimo, a gente só
180 pede um pouco mais de conscientização, vai haver uma grande invasão imobiliária na região,
181 essa é a maior preocupação, ai sim, agora temos que tomar cuidado com os interesses
182 financeiros em cima da região, e assim a comunidade continuará sendo esquecida, como
183 estamos lá hoje, a gente quer desenvolvimento, mas não queremos aquela desorganização, a
184 minha preocupação é essa, então assim, por isso a gente pede respeito com a nossa região. O
185 Sr. Giuliano Elias Colossi agradeceu a participação do IPARQUE por apresentar o trabalho, o
186 CDM vai ser chamado para participar das reuniões na comunidade, junto com as oficinas que
187 serão feitas, gostaríamos de ver os membros deste conselho participando, pois, uma parte da
188 decisão vai passar pelo CDM, então, agrademos, e qualquer dúvida, podem encaminhar para
189 nós, que nós encaminhamos para o IPARQUE, para esclarecimentos. **3º Assunto da pauta**
190 **referente a apresentação pelo IAB (Núcleo Criciúma) da Lei Federal nº 11888/2008 - Lei**
191 **da Assistência Técnica Gratuita.** Foi dado início a segunda apresentação, a qual foi
192 apresentada pela Arq^a. Vânia Búrigo, representante do IAB: “Boa noite a todos, meu nome é
193 Vânia Búrigo, primeiramente agradecemos a oportunidade de fazer essa apresentação, eu estou
194 representando o IAB-SC, núcleo Criciúma, dentro do IAB nós temos um núcleo de trabalho
195 que se chama arquitetura para todos que se dedica ao estudo de habitação social. Assistência
196 técnica de habitação de interesse social, ela é um direito, a partir da nossa constituição
197 ~~instituição~~ que garante que todas as pessoas possuem direito à moradia. A partir desse interesse
198 constitucional, foi aprovado em 2008 uma Lei que garante que o poder público tem que
199 conceder as famílias que possuem renda menor ou igual a 03 salários mínimos, projeto,
200 acompanhamento e responsabilidade técnica na construção da moradia. Ela é um direito e a

201 gente deslumbra que através desse direito a gente consiga trazer moradia digna a toda a
202 população e também ordenar a cidade. Depois que a Lei foi criada, algumas cidades do Brasil
203 implementaram, criando uma Lei Municipal, Salvador foi uma das primeiras. Hoje temos um
204 exemplo fantástico aqui no Brasil, em Distrito Federal, foi implantado postos de atendimento à
205 população dentro das comunidades carentes, hoje Brasília possui 10 postos de atendimento, são
206 bem simples, onde as pessoas chegam e logo são atendidas. As demandas podem ser desde a
207 regularização fundiária a regularização da própria construção ou pode servir para uma melhoria
208 habitacional, reforma, instalação de fossa, ampliação ou também, construção nova, conforme a
209 necessidade. Brasília possui outro projeto, que também pode ser feito edifícios e apartamentos
210 para contemplar uma grande quantidade de famílias, eles estão fazendo todos os projetos traves
211 de concursos públicos nacionais. Existem também outros exemplos, que seria através de
212 cooperativas de moradores, acontece da seguinte forma, um grupo de pessoas que não tem onde
213 morar, compram um terreno, se associa, recebe do poder público, através da ONG um projeto,
214 que é participativo, os moradores se reúnem e dizem o que querem, a equipe de arquitetos
215 apresenta o projeto para a população, e eles dizem o que querem, diferente do projeto minha
216 casa minha vida. Isso é interessante, pois desafoga o poder público, de ter que construir, ele só
217 paga o projeto e o acompanhamento da obra, a construção e o investimento é por conta do
218 morador. Os recursos previstos na Lei devem vir do fundo nacional de habitação e na escala
219 municipal, quando for implantada a Lei, precisará ter um fundo municipal de habitação para
220 receber este recurso e pode também fazer um porte de recursos oriundos das aplicações do PD,
221 que são da outorga onerosa e também do IPU progressivo, são recursos que podem ser
222 direcionados para habitação e um outro recurso pode ser uma contra partida de um EIV, se for
223 o caso.” Sr. Giuliano Elias Colossi: Quando eu li a lei, fiquei com uma dúvida no seguinte
224 sentido, a gente sabe que o poder público muito dificilmente ele tem resolvido os problemas de
225 saúde, educação, por várias situações, enfim, poderia se estabelecer em uma lei municipal em
226 que a iniciativa privada poderá participar, um exemplo, tenho uma loja de matérias de
227 construção em tal bairro, onde existe habitações irregulares, posso estabelecer com o dono que
228 ele contrate profissionais, onde façam os projetos para os moradores, na dependência em que
229 os moradores comprem os matérias na loja dele. Resposta: eu não sei se isso pode, o que existe
230 hoje é uma loja que é parceira a uma ONG e que recebe recursos dessas lojas. Existem bancos
231 que investem dinheiro nesse tipo de projeto, existe muito mais iniciativa privada envolvida do
232 que a gente pensa, inclusive bancos internacionais. Sr. Giuliano Elias Colossi: A lei também
233 coloca que existe um fundo nacional que ele redistribuiria para os municípios, esse fundo
234 existe? Como que consultamos e claro que precisaríamos do setor de captação de recursos para
235 consultar e as parcerias seriam com a Caixa Econômica? Resposta: Isso eu não sei te responder,
236 mas na visita que eu tive em Brasília, quando eles iniciaram, o governador dizia que não tinha
237 verba, então eles começaram e nunca mais faltou verba, eles tiveram cooperação técnica da
238 Europa, depois que você começa a pôr em prática, os caminhos se abrem. O Conselho de
239 Arquitetura está investindo desde o ano passado uma parcela dos recursos em assistência
240 técnica, o ano passado o recurso destinado para SC foi na ordem de 180 mil, eles investiram
241 esse recurso fazendo capacitações e fazendo um plano estratégico da implementação da lei em
242 SC. O ano passado foi feito um diagnóstico em toda SC, de como isso poderia acontecer aqui,
243 e agora o CAU iniciou uma caravana em todo o estado, vai passar por Criciúma, vai estar
244 trazendo gestores públicos, MP, Defensoria Pública, e as comunidades para fazer uma
245 apresentação disso. Nós estamos apoiando este trabalhamos, já tivemos uma reunião com a
246 UABC, estamos aqui para convidar os membros do CDM, depois irão receber o convite oficial.
247 Sr. Giuliano Elias Colossi complementou dizendo que seria importante convidar o Conselho de
248 Habitação. Neste momento o Sr. Rodrigo F. Feltrin, coordenador do curso de Arquitetura da
249 ESUCRI, em nome do CAU, e do curso, eu venho convidar todos vocês, para que no dia 17 de
250 julho, terça-feira, a partir das 14h até as 18h, neste período nós vamos estar recebendo o
251 Conselho de Arquitetura, eles vão estar explanando esse plano estratégico, de que maneira vai
252 acontecer na cidade, ações locais divulgadas nesse vento que acontecerá no auditório da

253 ESUCRI a partir as 14h. Aberto para as perguntas. Sr. Eduardo Tasca: Eu acho muito
254 interessante, mas, o governo municipal não tem condições de arcar com isso, já que é uma Lei
255 federal, dirigir esta lei, diretamente com a Caixa Econômica, porque se não, é mais um inchaço
256 para o município, e quem vai pagar a conta, somos nós. Se a Caixa Econômica faz propaganda
257 para ajudar jogador de futebol, vôlei, e é criada para habitação, porque a Caixa Econômica não
258 paga os profissionais, pelo que eu entendi quem vai pagar os profissionais é o Município. Sr.
259 Giuliano Elias Colossi pediu para responder parte da pergunta: eu acredito assim, acho que tem
260 que se encontrar caminhos para que esse projeto seja colocado em prática, outros caminhos,
261 para que o município entre em algum outro momento importante, seja em análise dos projetos,
262 regularização. Próxima pergunta: Sr. Diógenes N. de Almeida: Eu vejo o seguinte, quando
263 inicia a criação da lei, esse ano é um ano muito importante para debatermos o que queremos
264 para o país, eu como cidadão, parto do seguinte princípio, quanto menos cartório, melhor. Então
265 assim, CREA, IAB, um profissional para ser contratado hoje, qual profissional que não precisa,
266 do CREA, IAB, já deveria ter acabado com isso a 50 anos, tudo isso é só custo. Eu já lhei passo
267 5 pontes para fazer isso, UNESC, IAB, ESUCRI, mas não se criar um cartório, quem paga o
268 imposto é o município, o contribuinte paga aquilo ali para fazer, vamos parar com isso, esse
269 ano é para nós acabar com isso. Próxima pergunta: Sr. Carlos Roberto Roncaglio: Têm uma lei
270 de incentivo fiscal para arrecadar recursos através desse projeto para iniciativa privada?
271 Resposta: Incentivo fiscal, não tem. Eu conheço várias empresas que são parceiras desse
272 projeto. Houve discussões sobre essa questão. Vânia Búrigo agradeceu a atenção de todos, dizer
273 que este momento era uma pré apresentação, que nós vamos ter uma nova oportunidade no dia
274 17 de julho às 14h na ESUCRI, só desde assunto, com muito mais profundidade, temos uma
275 cartilha, que vai ser entregue no dia, de como a comunidade pode receber esse direito, de como
276 o poder público pode levar a frente esse projeto. Com relação ao **4º assunto da pauta,**
277 **APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DOS PARECERES DE PROCESSOS**
278 **ADMINISTRATIVOS ANALISADOS PELA CÂMARA TEMÁTICA II. 1) Processo Nº**
279 **530355 - Requerente: EDUARDO ROBERTO MOREIRA:** Foi apresentado que o requerente
280 solicita alteração de zoneamento do solo em lotes cadastrados nº 23435 e nº 23434 localizados na
281 Rua Francisco Peruchi, no Bairro Mina Brasil. Aparentemente os lotes estão situados na zona
282 de uso do solo Z-APA, porém há um erro do posicionamento da linha de zoneamento que não
283 obedeceu um loteamento previamente aprovado. Estes lotes fazem parte do Loteamento Vila
284 Residencial Peruch, aprovado em 1978. E já houve a liberação para execução de edificações ao
285 lado destes lotes, portanto sugerimos a correção desta linha de zoneamento do solo obedecendo-
286 se os limites deste loteamento já aprovado. Após a apresentação os membros da Câmara
287 Temática II aprovaram essa correção da linha de zoneamento do solo proposta, a qual será
288 encaminhada ao CDM para conhecimento e votação na próxima reunião. **Os membros**
289 **presentes do CDM, aprovaram por unanimidade a decisão da Câmara Temática II. 2)**
290 **Processo Nº 529645 – IVONETE BITHENCOURT:** Foi apresentado que a requerente
291 solicita a correção da largura viária da Rua Lúcio Manoel da Silva, localizada no bairro Santo
292 Antônio, pois, há previsão de 18,00m de acordo com o Mapa do Sistema Viário de 1999.
293 Informou-se que consta da consulta prévia a largura de 18,00m para esta via, e no mapa do
294 Sistema Viário esta rua também é de 18,00m desde o mapa do Sistema Viário de 1984. E
295 observando as imagens aéreas e em visita ao local, a rua não está aberta em sua totalidade, pois
296 há lotes com residências que obstruem esta ligação. E segundo informação da Divisão de
297 Parcelamento do Solo – DPS esta rua encontra-se toda configurada com 12,00m, sendo
298 irreversível a adequação para 18,00m. Portanto, solicita-se que essa largura desta via seja revista
299 adequando-se a realidade, principalmente a situação já existente. Após a apresentação os
300 membros da Câmara Temática II aprovaram a modificação desta largura viária no trecho que
301 já está configurado com residências e propuseram que no trecho que já foi aberta com 18,00m
302 estes espaços sejam vendidos e o recurso financeiro seja revertido para a pavimentação de ruas
303 das proximidades. A proposta será encaminhada ao CDM para conhecimento e votação na
304 próxima reunião. **Os membros presentes do CDM, aprovaram por unanimidade a decisão**

305 **da Câmara Temática II.** Por fim, houve a **APRESENTAÇÃO DAS DISPENSAS DE**
306 **ELABORAÇÃO E EIV E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SUGERIDAS PELO DPU:**
307 **MERCADO LISANDRA EIRELI - OBSERVAÇÕES DO ANALISTA:** Analisando o
308 projeto arquitetônico de edificação para a instalação de um supermercado localizado na Av.
309 Miguel Patrício de Souza e Rua Vitor Luís A. Sampaio, na zona de uso do solo ZM2-4 (zona
310 mista 2 – 4 pavimentos), bairro Jardim Maristela, a mesma está de acordo com a zona de uso
311 do solo da Lei Complementar nº 095/2012 (Plano Diretor), e esta via é uma das mais
312 importantes ligações entre bairro Próspera e a região oeste e sul de Criciúma; Este
313 empreendimento estará localizado na Av. Miguel Patrício de Souza, que deverá ser duplicada
314 ou alargada, pois a mesma faz parte de ligações viárias importantes ao sistema viário municipal.
315 Sendo um prolongamento futuro do binário da Avenida Santos Dumont, Rua Carlos Pinto
316 Sampaio, Av. dos Poloneses, chegando até a Av. Centenário no Bairro Próspera; Devido as
317 características da vizinhança, que fora da Av. Miguel Patrício de Souza, é totalmente residencial
318 unifamiliar, acreditamos que um supermercado naquele local, em muito diminuirá a saída dos
319 moradores para fazer compras fora do bairro, que poderão fazê-lo a pé. Porém, acreditamos que
320 o acesso a este empreendimento comercial, por meio de veículos, deverá ser facilitado na Av.
321 Miguel Patrício de Souza, pois a mesma é uma via de trânsito que em horários de pico possui
322 muita movimentação. **MEDIDAS SUGERIDAS AO EMPREENDEDOR:** Sugerimos a
323 apresentação de um projeto para o acesso ao empreendimento pela Av. Miguel Patrício de
324 Souza no sentido Próspera/Renascer e pela Rua Juceli Rodrigues, a ser aprovado na DTT –
325 Diretoria de Trânsito e Transporte; A Secretaria de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade
326 Urbana deverá estabelecer parceria com os empreendedores e proprietários dos imóveis
327 próximos a este empreendimento para promover a execução dos projetos de mobilidade
328 existentes ao longo da Av. Miguel Patrício de Souza. Após o término da apresentação dos
329 assuntos, foi agradecida a presença de todos nesta reunião e a mesma foi encerrada tendo o seu
330 término às 21h. Esgotados os assuntos encerraram-se os trabalhos. Eu, Bruna Naspolini
331 Magagnin, lavrei a presente Ata, e posteriormente revisada por Giuliano Elias Colossi, que
332 depois de lida e aprovada, será por todos os presentes assinada.